

Letter to the Editor: The Opioid Prescribing Scenario in Portugal from a Primary Care Perspective.

Carta ao Editor: O Cenário da Prescrição de Opióides em Portugal na Perspectiva dos Cuidados de Saúde **Primários**

Keywords: Analgesics, Opioid; Cancer Pain; Pain Management; Pain Measurement; Portugal; Primary Health Care Palavras-chave: Analgésicos Opióides; Avaliação da Dor; Controlo

da Dor; Cuidados de Saúde Primários; Dor Oncológica; Portugal

Dear Editor.

We read with great interest, in a previous issue of this journal, one article regarding opioid prescription in patients with cancer-related pain in Portugal.1

In this article, the authors defend that opioids are the pillar for managing cancer-related pain. However, since Portugal has one of the lowest opioid-prescribing rates in Western Europe, we completely agree with the existence of 'morphine-phobia' in the country.

As family doctors, our experience in controlling oncologic pain is insufficient, since most patients are assessed in oncologic centres or hospital units. However, we consider the competence in the management of opioids by family doctors to be fundamental, given our vast scope of practice, namely in the follow-up of patients at home, often already in a palliative context, or in areas where specialized palliative care teams are scarce.

Despite the existence of the National Programme for the Prevention and Control of Pain,² the reality is that the post-graduate training in palliative care is deficient; most family doctors do not feel safe prescribing opioids, not only to patients with cancer-related pain, but also to patients with other types of chronic pain that are quite prevalent in our practice. This is due not only to the fears related to the prescription of these drugs and their side effects, but also due to the lack of knowledge in optimizing pain control.

Our reality is essentially the treatment of non-oncologic chronic pain, and although it is not the main focus of the article, we would like to leave a 'not' on the subject. Pain has a substantial impact on patients' quality of life and consequently on the consumption of health resources, namely Primary Care, and therefore, it is mandatory that we treat pain, the 5th vital sign. We continue prescribing paracetamol/acetaminophen indefinitely, and our beloved nonsteroidal anti-inflammatory drugs. When we overcome this analgesic ladder barrier we often resort to tramadol, considered by many family doctors as the most potent opioid they are allowed to prescribe.

In conclusion, we consider it is urgent to focus on the training of family doctors, so that we can be able to initiate effective chronic pain treatment in Primary Care, providing strategies for pain prevention and control, in order to contribute to the patients' well-being, reduce morbidity and, above all, humanize the health care provided.

REFERENCES

- Reis-Pina P, Lawlor PG, Barbosa A. Moderate to severe cancer pain: are we taking serious action? The opioid prescribing scenario in Portugal. Acta Med Port. 2018;31:451-3.
- 2. Ministério da Saúde. Direcção-Geral da Saúde. Programa Nacional para

a Prevenção e Controlo da Dor 2017. Junho 2017. [consultado 2018 out 25]. Disponível em: https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/programa-nacional-para-a-prevencao-e-controlo-da-dor-pdf.aspx.

Cátia BARÃO⊠¹, Vanessa MENDES²

- 1. Unidade de Saúde Familiar Andreas. Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul. Mafra. Portugal.
- 2. Unidade de Saúde Familiar Dafundo. Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras. Oeiras. Portugal Autor correspondente: Cátia Barão. catiacardeirabarao@gmail.com

Recebido: 31 de outubro de 2018 - Aceite: 02 de novembro de 2018 | Copyright © Ordem dos Médicos 2018 | https://doi.org/10.20344/amp.11499



A Nova Prova Nacional de Seriação em Portugal: É Apenas o Início mas Estamos no Caminho Certo

The New Medical Licensing Examination in Portugal: It Is Just the Beginning but We Are on The Right Path

Palavras-chave: Avaliação Educacional; Competência Clínica; Licenciatura em Medicina: Portugal

Keywords: Clinical Competence; Educational Measurement;

Lemos com grande interesse as respostas ao nosso artigo do Prof. Doutor Luiz Santiago e do Prof. Doutor José

Concordamos com ambos que é possível ir mais longe no que toca à Prova Nacional de Seriação (PNS), nomeadamente através do complemento da prova teórica com uma prova prática de avaliação de atitudes e aptidões práticas. Temos a perfeita noção que é assim que é feita a avaliação no período de transição da formação pré-graduada para a formação pós-graduada em países na vanguarda da avaliação de estudantes de medicina e de médicos como os Estados Unidos,³ e está previsto ser introduzida uma avaliação semelhante no Reino Unido.⁴

Frisamos que a nova PNS já constitui uma evolução significativa face ao modelo ainda em vigor; ao contrário

deste último, o novo formato reflete questões focadas na prática comunitária, já que a prova incluirá a colaboração de especialistas em Medicina Geral e Familiar. Quinze anos depois, e com o *input* de várias comissões nomeadas para melhorar o processo anterior, conseguimos finalmente dar este passo. Para além de toda uma mudança de paradigma de estudo que é incutida nos candidatos, observa-se que toda a estrutura à volta da preparação, realização e aperfeiçoamento do exame é, pela primeira vez, verdadeiramente profissionalizada.

As vantagens de avançar com um modelo que inclua um exame teórico e um exame prático nos mesmos moldes dos exames Americanos estão neste momento bem estudadas.⁵ A sua aplicabilidade à realidade Portuguesa será certamente objeto de discussão e estudo pelo Gabinete da Prova Nacional de Avaliação, Escolas Médicas, Ordem dos Médicos, Administração Central do Sistema de Saúde e Associação Nacional dos Estudantes de Medicina. Esse caminho está perfeitamente identificado e constituirá certamente o próximo passo no processo de avaliação dos futuros médicos em Portugal. Este processo que tem sido pautado pelo confronto com elevado número de obstáculos e, consequentemente, lento e difícil - que a partir de 2019 acreditamos poder vir a alinhar-se devidamente com as melhores práticas internacionais. Estamos perfeitamente conscientes de que este passo representa ainda um início,